

III Seminário Cidade, Territorialidades e Interseccionalidade – 2025

Territórios em Luta: Práticas dissidentes de (re)existência

FORMAÇÃO COLETIVA E TRANSFORMAÇÃO PESSOAL EM COLETIVOS PERIFÉRICOS: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

SOUZA, Beatriz Bito de¹

¹ Advogada, bacharel em Direito pela PUC-SP, especialista em Direito Ambiental e Processual pela PUC-SP, em Ciências Jurídico-Ambientais pela Universidade de Lisboa, e Urbanismo Social pelo INSUPER, beatrizbito@gmail.com.
Sessão Temática: 6 – Territorialidades do conhecimento

RESUMO: Este trabalho parte de uma narrativa autobiográfica para refletir sobre o caráter formativo de coletivos periféricos e seu papel na ampliação das leituras de mundo de indivíduos de diferentes perfis sociais. Tendo como referência principal meu contato com grupos que se dedicam ao ativismo em torno de questões ambientais na periferia da zona norte de São Paulo, em diálogo com reflexões sobre gênero, classe e raça, busco relatar aprendizados, reflexões e transformações pessoais que esse encontro provocou, contrastando com o histórico de formação acadêmica eurocentrada, pretensamente neutra e pouco comprometida com as lutas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: territórios educadores; hip hop; rua; permacultura; justiça social.

COLLECTIVE FORMATION AND PERSONAL TRANSFORMATION IN PERIPHERAL COLLECTIVES: REFLECTIONS BASED ON AN AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVE

ABSTRACT: *This work, based on an autobiographical narrative, reflects on the formative nature of peripheral collectives and their role in broadening the worldviews of individuals from diverse social backgrounds. Using as a primary reference my contact with groups dedicated to environmental activism in the outskirts of northern São Paulo, in dialogue with reflections on gender, class, and race, I seek to recount the lessons learned, reflections, and personal transformations this encounter provoked, contrasting with the history of eurocentric academic training, purportedly neutral and largely uncommitted to social struggles.*

KEYWORDS: *educating territories; hip-hop; street; permaculture; social justice.*

INTRODUÇÃO

Soube que meu avô materno considerava a educação formal algo valioso, e meus pais trabalharam duro para nos oferecer uma educação particular como base para nosso desenvolvimento. Sou uma mulher branca, de classe média, que saiu do Jaçanã, periferia norte da cidade de São Paulo,

aos 19 anos para estudar Direito na PUC-SP, e trabalhar em escritórios no Itaim Bibi e Vila Olímpia, bairros tidos como nobres, gerenciando demandas de contratos multimilionários de obras de infraestrutura pública.

Ouvi, nos escritórios de advocacia, que a formação educacional era apenas currículo: não importava a tese a ser defendida, o que importava era quem era o orientador; não havia necessidade de fazer mais de uma especialização, o necessário era seguir para o título de mestre. Depois de duas especializações em Direito na PUC-SP (ambiental e processo civil) e duas inseguras entregas de monografias, me senti apta para o mestrado, e vislumbrei no exterior uma melhor oportunidade de crescimento profissional, tendo iniciado o mestrado em ciências jurídico-ambientais na Universidade de Lisboa.

Foi muito difícil. A mudança cultural e o acesso a discussões globais e econômicas me mostraram que o Direito não está sendo capaz de lidar com as injustiças sociais. Com esses novos pontos de vista em mente, percebi que era incapaz de expressar minhas ideias no formato jurídico tradicional, talvez porque a tradição é a leitura limitada da realidade posta (o que no Direito é conhecido como o método de interpretação juspositivista), de modo que não concluí a entrega da dissertação.

Parecia-me impossível falar sobre o sistema jurídico sem explorar a realidade social, que naquele momento se mostrava a mim como uma interminável inter-relação de situações, assuntos, saberes, conhecimentos, que eu não conseguia sintetizar em uma dissertação. Descrente de qualquer futuro otimista se apenas aceitasse as coisas como eram, em 2021, já com 31 anos, o único caminho que fazia sentido era buscar entender os problemas sociais locais, de modo que volto meu olhar para o Jaçanã, lugar que, até então, depois dessa escalada acadêmica-social, apenas me servia de dormitório. “Como posso somar aqui?”, pensei.

Neste trabalho trago como problema a defasagem da aprendizagem acadêmica jurídica tradicional na formação do profissional de maneira integral, impedindo sua percepção quanto a realidade social a qual o sistema deveria se orientar. Abordo minha participação em coletivos da periferia norte de São Paulo como meio de acesso à percepção desta realidade, sendo relevante compartilhar essas observações para reflexão acerca do quanto a atividade coletiva periférica forma e liberta (Hooks, 2017) principalmente os indivíduos que se comprometem com a justiça.

Para que essa expansão de consciência acontecesse, tenho como hipótese que a presença de indivíduos com diferentes leituras de mundo (Freire, 1989) nos coletivos gera um ponto de encontro para compartilhamento de ancestralidades, lutas e visões (Reis, 2021; Souza, 2021) necessárias para a construção de novas instituições jurídicas que parem de perpetuar desigualdades como de gênero (Ranieri, 2022) e raça (Moreira, 2020). Este trabalho objetiva refletir como neste encontro entre diferentes realidades e subjetividades, posso mudar a mim mesma, e concretizar aqui e agora as utopias e teorias que nos foram passadas como caminhos para uma mudança social (Peçanha, 2020).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a autobiografia (Cascante, 2018), trazendo elementos qualitativos decorrentes do revisitar da memória da minha experiência de formação acadêmica e da participação em coletivos na periferia norte de São Paulo, buscando selecionar os aspectos relativos a uma formação humana integral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda em 2021, vejo no Instagram de um amigo do território que ele faria participação em um debate político na Casa Cultural do Hip Hop Jaçanã, nome que chama atenção, ainda mais por se tratar de um local que fica a uma distância de 10 minutos de caminhada de onde moro.

A Casa Cultural do Hip Hop Jaçanã, localizada em um imóvel público abandonado que foi ocupado há 10 anos por coletivos para promoção de atividades culturais, é hoje reconhecida pela Secretaria de Municipal de Cultura como um equipamento necessário ao território, que carece desse tipo de espaço. Dentre as atividades fixas que acompanhei há um cursinho popular, uma biblioteca e uma horta comunitária, capoeira e yoga. São realizados eventos como saraus, lançamentos de livros, audiência pública, discussões com partidos políticos, plantio, reforma e cuidado do espaço.

Conhecer a história de resistência das ocupações do território e compreender as articulações políticas necessárias aos movimentos sociais (no caso, o Movimento Cultural das Periferias), torna nítida a percepção da dinâmica dos conflitos de discurso e das disputas de interesses na construção do espaço público. Ouvir aqueles que organizam esses espaços é compreender as opressões sistêmicas e os combates que estão travados.

Figura 1. Chamada para curso na Casa Cultural Hip Hop Jaçanã.



Fonte: Instagram @casaculturalhiphopjacana, 2021

Deixei de ser alguém que apenas sabe dos males do mundo, das desigualdades do país, e me tornei crítica. O conhecimento que tinha até então era superficial frente aqueles sujeitos que traziam à tona as raízes dos problemas sociais, com as pautas negras, indígenas, anticapitalistas e periféricas.

Ainda buscando entender onde eu poderia colaborar, a partir da Casa Cultural do Hip Hop Jaçanã mantive contato com outros que atuam na pauta ambiental e histórica da região da Serra da Cantareira, e fundamos a Associação de Pesquisadores e Amigos da Cantareira, coletivo que objetiva divulgar e ampliar as vozes daqueles que mantêm viva as memórias de ocupação dos bairros próximos à Serra.

Realizávamos nossas reuniões no Horto Florestal (parque estadual) ou em caminhadas coletivas nas ruas e caminhos da borda da Cantareira, onde podíamos avistar nossos patrimônios, como por exemplo as Ruínas da Fazenda Seminário (figura 2). Dessas "Vozes da Cantareira" veio a notícia: a luta da região era diária, em razão do descaso público e privado, pois, afinal, "se tratava da periferia", aquela que está à margem da movimentação imobiliária predatória e do crescimento desigual da cidade.

Figura 2. Ruínas da Fazenda Seminário.



Fonte: Arquivo pessoal, 2021

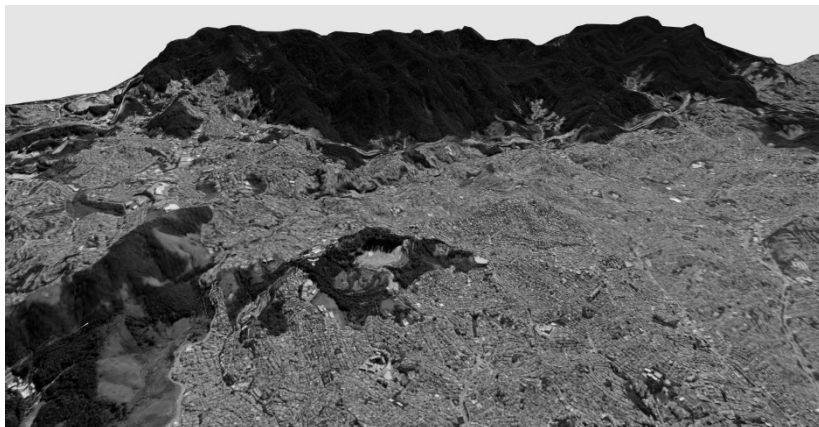
Ocupar os espaços é estar em campo e adentrar locais de discussões de poder, é conhecer as redes de pessoas, coletivos, políticos e instituições que ali atuam. É ouvir seus ideais e formas de

atuação para tornar possível o pensar de qualquer política pública, intervenção urbana ou revisão jurídica que se comprometa com sua efetividade, afinal, são esses grupos que estão agindo.

Deixei, assim, de ser alguém que apenas sabe dos problemas da administração de uma cidade, do desmatamento ambiental, e me tornei política. Percebi que o conhecimento que antes tinha era, na realidade, pouco comprometido com os princípios e fundamentos democráticos.

A Casa Cultural do Hip Hop Jaçanã também serve de conexão aos coletivos da região, e lá conheci o Autonomia ZN, coletivo que perpetua os princípios e ensinamentos da permacultura em um terreno ocupado desde 2007, nos fundos de uma escola estadual, enfrentando a degradação ambiental de um dos poucos espaços naturais resistentes à densidade demográfica local.

Figura 3. Ocupação do limite norte da cidade de São Paulo (Serra da Cantareira).



Fonte: Ilustração por Thaline Nunes, 2022

Os mutirões de manejo na agrofloresta nos convidam a observar a natureza, o território, a recuperação da vida. São realizadas rodas de conversa, jongo, teatro, incentivo a formação educacional e economia solidária com as mulheres. Foi lá que cheguei ao limite. Foi lá que nasceu a nova vida.

Estar no dia a dia da favela em contato com seus moradores é conhecer uma lógica de vida fora do modelo tradicionalmente doutrinado. Ouvir essas pessoas é mais do que fazer democracia, é também se tornar vulnerável diante da desconstrução do cenário moldado pela formação acadêmica limitante. É deixar de ser alguém que apenas se movimenta pelo espaço, pela cidade, para se tornar testemunha vigilante.

Nessa busca sobre como poderia somar em meu território, percebi que já não fazia sentido voltar a trabalhar com contratos de infraestrutura pública, com construtoras e concessionárias, e então busquei uma opção fora do Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência das lutas sociais não esteve presente na grade da minha formação acadêmica ou no fazer da atividade jurídica, de modo que vejo a falta de contato com o ativismo social como um obstáculo ao agir transformador, pois somos colocados em uma perspectiva meramente individual.

A periferia é resistência não apenas para sobrevivência, mas também resiste para perpetuar saberes dissidentes relacionados à diversidade cultural brasileira, a memória territorial e ancestral, e a nossa integração à natureza, sendo a margem potência de transformação.

Nestes espaços coletivos dissidentes da periferia podemos nos equalizar aos ideais de igualdade e respeito por meio da propagação da memória, da cultura, da tradição, e outras formas de expressão daqueles que formam o nosso povo, deixando de olhar apenas para referências estrangeiras, eurocêntricas, padronizáveis, que nos mantém fora de sintonia com esta terra.

Não se trata de algo exclusivo da periferia, mas, sendo ela casa da criatividade, casa do pensar além dos modelos do sistema político-econômico-social dominante, aqui se encontram grandiosas alternativas a desigualdade que hoje é posta.

REFERÊNCIAS

CASCANTE, Francisco Rodríguez. O gênero autobiográfico e a construção do sujeito. In: SERODIO, Liana Arrais. **Saberes transgredientes** / Liana Arrais Serodio e Nathan Bastos de Souza (organizadores). São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática de liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MOREIRA, Adilson José. **Tratado de Direito Antidiscriminatório**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

PEÇANHA, Érica. **Narrativas periféricas**: entre pontes, conexões e saberes plurais. – 1. ed. – São Paulo: Editora Amavisse, 2020.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Muito além da não discriminação: direito das mulheres, equidade de gênero e cidadania. In: SOLON, Ari Marcelo; PERRONE-MOISÉS, Cláudia; BOITEUX, Elza; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; MÔNACO, Gustavo Ferraz de Campos; RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **Múltiplos olhares sobre o Direito**. Homenagem aos 80 anos do Professor Emérito Celso Lafer. São Paulo: Quartier Latin, 2022. v. 2, p. 109-132.

REIS, Célia. A literatura que me habita, manifesto/expresso. In: BISCHAIN, Sonia Regina. **Território poético**: diálogo entre versos. – 1. ed. – São Paulo: Sonia Regina Bischain Rosa, 2021.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Cultura política nas periferias**: estratégias de reexistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.